



**ACÓRDÃO Nº1250/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11455/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Infantil Dr.Fajardo
- 4- **Responsável:** Aly Nasser Abraham Ballut (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5665/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. HOSP. INFANTIL DR.FAJÁRDO . Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Recomendação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr.Aly Nasser Abraham Ballut, então Diretor-Geral do Hospital Infantil Dr. Fajardo, exercício de 2017, nos termos dos arts. 22, III, *b*, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Aly Nasser Abraham Ballut no valor de R\$ 14.000,00 (Catorze Mil), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.3. **Recomendar** aos atuais e futuros gestores do Hospital Infantil Dr. Fajardo que observem, rigorosamente, as normas que regem suas



**ACÓRDÃO Nº1250/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

atividades, notadamente aquelas relativas à atuação proba, gerencial e eficiente da Administração Pública na realização de contratações públicas, por licitação, ou mesmo de suas dispensas.

**10.4. Notificar o Sr. Aly Nasser Abraham Ballut**, com cópia do Acórdão, Relatório/voto, para ciência do feito e interposição de recurso apropriado, caso queira.

**11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral